

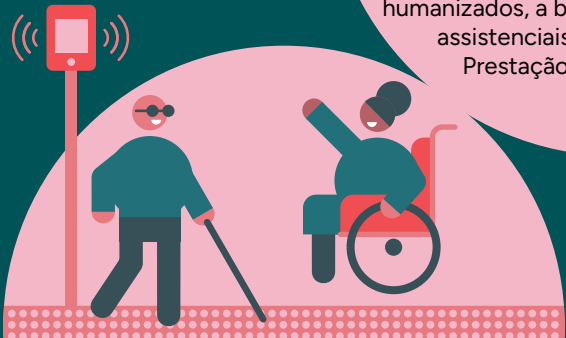
As Pessoas com Deficiência e a Cidadania

Nossa Constituição é a primeira carta magna do Brasil a assegurar os direitos das Pessoas com Deficiência (PcD) de forma transversal, em capítulos como Saúde, Seguridade e Assistência Social, Trabalho, Acessibilidade e Educação, rompendo com a lógica segregadora de “tutelas especiais” — uma conquista histórica do movimento das PcD na Constituinte iniciada em 1985.

O QUE DIZ O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

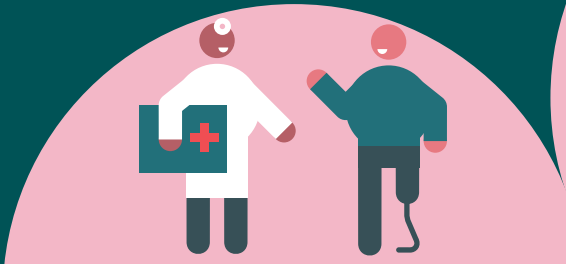
A cidadania depende de direitos universais como a liberdade, a igualdade e a autonomia. Veja algumas formas pelas quais o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ou **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**, busca assegurar a cidadania das PcDs.

Baseada no modelo social, a LBI declara que Pessoas com Deficiência são cidadãs com plenos direitos, revogando as leis em contrário e, sem negar a condição biológica da deficiência, aponta que o problema são barreiras que toda a sociedade deve enfrentar.



MORADIA, TRANSPORTE E MOBILIDADE

Imóveis, calçadas, vias e transportes públicos devem contar com as adaptações necessárias.



SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Garante o direito de tomar decisões sobre o próprio corpo, a serviços de saúde, prevenção e reabilitação especializados e humanizados, a benefícios previdenciários e assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).



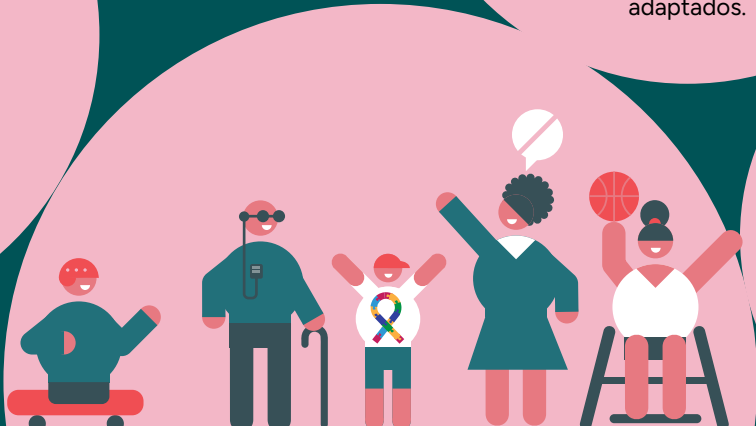
ACESSIBILIDADE

Exige a eliminação de barreiras e assegura a acessibilidade física e de comunicação por tecnologias assistivas, Língua Brasileira de Sinais, legendas, sistemas táteis, audiodescrição e outros meios e formatos acessíveis.



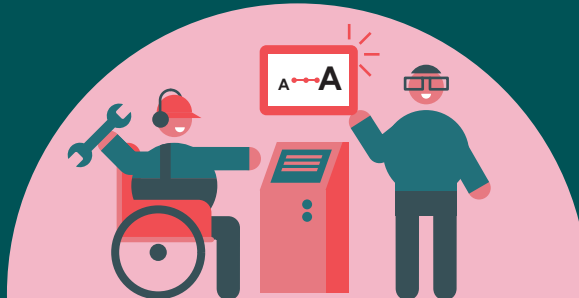
EDUCAÇÃO

Garante a educação inclusiva em todos os níveis de ensino, público e privado, em turmas com alunos com e sem deficiência, com profissionais de apoio escolar e recursos pedagógicos acessíveis.



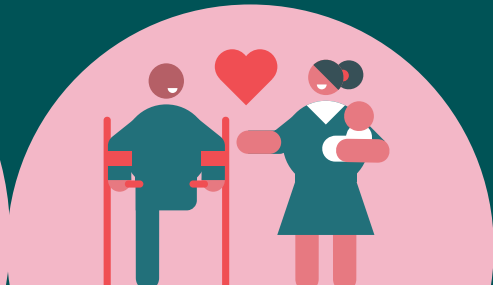
IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Proíbe toda forma de discriminação, humilhação ou violência contra a PcD e criminaliza o preconceito contra pessoas com deficiência, o capacitismo e o abandono.



TRABALHO

Promove a inclusão no mercado de trabalho com cotas em empresas e no serviço público e o direito a um ambiente de trabalho com espaço e processos adaptados.



FAMÍLIA

Garante o direito de se casar, ter filhos e construir sua vida familiar.



CULTURA E LAZER

Garante o acesso a espaços e eventos culturais, esportivos e de lazer, com as adaptações necessárias para a participação plena da PcD.



REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Assegura o acesso ao processo eleitoral, bem como o direito de votar e de se candidatar.



QUEM É A PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

A LBI define a Pessoa com Deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”



A lei identifica seis tipos de barreiras:

- Urbanísticas
- Arquitetônicas
- Nos transportes
- Na comunicação e na informação
- Atitudinais
- Tecnológicas

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

As Pessoas com Deficiência foram ignoradas pelas leis e tratadas com termos pejorativos como “aleijados” e “inválidos” na maior parte da história do Brasil. Para o movimento social das PcD, a linguagem sempre teve um forte conteúdo simbólico e, por isso, ao longo das décadas, buscou refinar a forma de nomear o grupo.

1

Código Civil de 1916

A primeira lei federal a tratar das Pessoas com Deficiência refletiu um modelo excludente, declarando-os “absolutamente incapazes de exercer atos da vida civil”, “loucos”, “surdo-mudos que não podem exprimir a sua vontade” — tirando-lhes o direito de tomar decisões, como a de casar, assinar contratos e gerenciar seus bens e finanças.

2

Pós-Segunda Guerra Mundial

Reduzindo a pessoa à sua condição biológica, o termo “deficiente” se consolidou no pós-guerra com o modelo médico, que aborda a deficiência como uma questão individual a ser corrigida com reabilitação e integração da PcD à sociedade.

3

Constituição

A Constituição de 1988 refletiu a transição do modelo médico para o atual modelo social, usando o termo “pessoa portadora de deficiência” — embora “portadora” remeta a algo que se “carrega”, foi um avanço por colocar a “pessoa” em primeiro lugar.



4

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

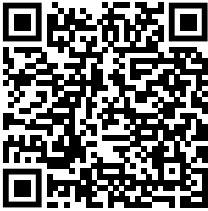
Em 2006, a Convenção da ONU consagrou o termo que usamos atualmente na LBI: Pessoa com Deficiência, transmitindo a ideia de que a deficiência integra o corpo de alguém que é, antes de tudo, uma pessoa humana. Indica a deficiência como uma característica e não a essência da pessoa nem um peso a carregar.

Atividade paradidática: A Cidadania das Pessoas com Deficiência

Após a leitura do infográfico, responda às questões abaixo em pequenos grupos ou individualmente e prepare-se para compartilhar suas respostas com a turma.



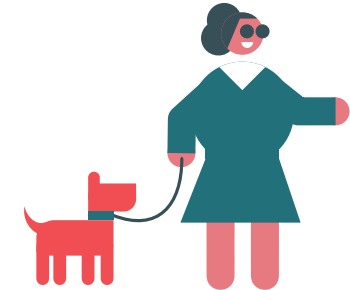
Acesse a Linha do Tempo
sobre Pessoas com
Deficiência: lutas por
inclusão e reconhecimento
de direitos



F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

ETAPA 1: ANÁLISE DO TEXTO E REFLEXÃO

- O que define um cidadão? A partir do infográfico, descreva os elementos essenciais que compõem a cidadania. Você acha que a simples garantia de direitos na lei é suficiente para que alguém seja um cidadão pleno? Justifique.
- Os direitos das Pessoas com Deficiência estão garantidos na prática? O texto lista diversas garantias da LBI (Educação, Transporte, Trabalho, etc.). Com base na sua observação e vivência, reflita:
- No seu dia a dia, você percebe a garantia desses direitos? Considere situações como andar na rua, ir para a escola, usar o transporte público ou frequentar espaços de lazer.
- Quais são as principais barreiras que impedem a plena participação das Pessoas com Deficiência na sociedade? Mencione exemplos concretos.



- Para refletir sobre o movimento social das Pessoas com Deficiência na Constituinte, explore a Linha do Tempo "Pessoas com deficiência: lutas por inclusão e reconhecimento de direitos", da Fundação FHC: **Link:** <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/pessoas-com-deficiencia/>
- Aprofunde seu conhecimento sobre a questão. Assista ao documentário "História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil" (Aluizio Salles Junior/Fazenda Filmes, 2010), que conta a evolução da luta pelos direitos a partir das mobilizações sociais na década de 1970. **Link:** <https://youtu.be/uSZsJs3TN70?feature=shared>
- Por que o movimento social das Pessoas com Deficiência lutou para ter seus direitos garantidos em todos os capítulos da Constituição Federal de 1988 e não em um capítulo à parte?
- O infográfico afirma que a garantia de direitos das Pessoas com Deficiência foi uma conquista histórica. Explique a importância dessa decisão, contrastando-a com a ideia de "tutelas especiais" mencionada.

ETAPA 2: PESQUISA E ANÁLISE DE MODELOS

O infográfico menciona a transição do modelo médico para o modelo social. Para aprofundar essa compreensão, faça uma breve pesquisa na internet e preencha a tabela abaixo:

Característica	Modelo Médico	Modelo Social
Foco da Deficiência		
Causa do Problema		
Solução Proposta		

Após preencher a tabela, discuta com seu grupo ou colega como cada modelo impacta a vida cotidiana das Pessoas com Deficiência e da sociedade como um todo.



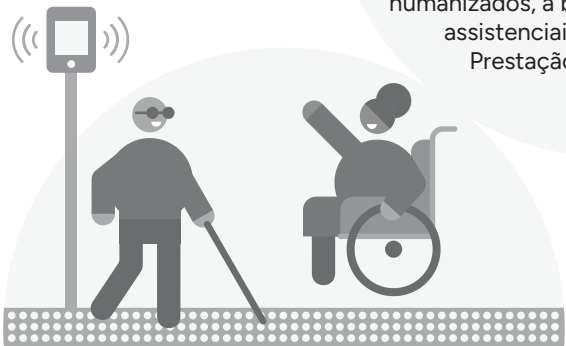
As Pessoas com Deficiência e a Cidadania

Nossa Constituição é a primeira carta magna do Brasil a assegurar os direitos das Pessoas com Deficiência (PcD) de forma transversal, em capítulos como Saúde, Seguridade e Assistência Social, Trabalho, Acessibilidade e Educação, rompendo com a lógica segregadora de “tutelas especiais” — uma conquista histórica do movimento das PcD na Constituinte iniciada em 1985.

O QUE DIZ O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A cidadania depende de direitos universais como a liberdade, a igualdade e a autonomia. Veja algumas formas pelas quais o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ou **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**, busca assegurar a cidadania das PcDs.

Baseada no modelo social, a LBI declara que Pessoas com Deficiência são cidadãs com plenos direitos, revogando as leis em contrário e, sem negar a condição biológica da deficiência, aponta que o problema são barreiras que toda a sociedade deve enfrentar.



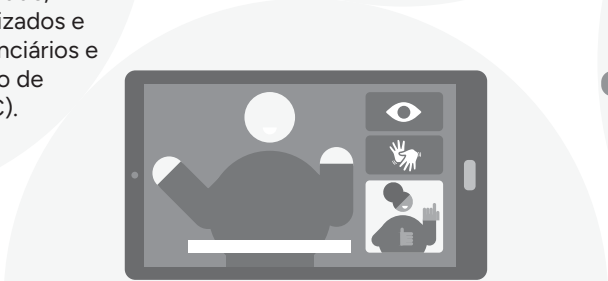
MORADIA, TRANSPORTE E MOBILIDADE

Imóveis, calçadas, vias e transportes públicos devem contar com as adaptações necessárias.



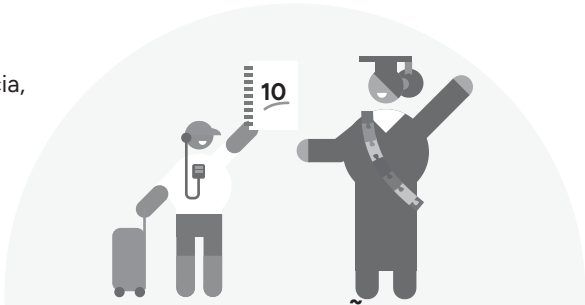
SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Garante o direito de tomar decisões sobre o próprio corpo, a serviços de saúde, prevenção e reabilitação especializados e humanizados, a benefícios previdenciários e assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).



ACESSIBILIDADE

Exige a eliminação de barreiras e assegura a acessibilidade física e de comunicação por tecnologias assistivas, Língua Brasileira de Sinais, legendas, sistemas táteis, audiodescrição e outros meios e formatos acessíveis.



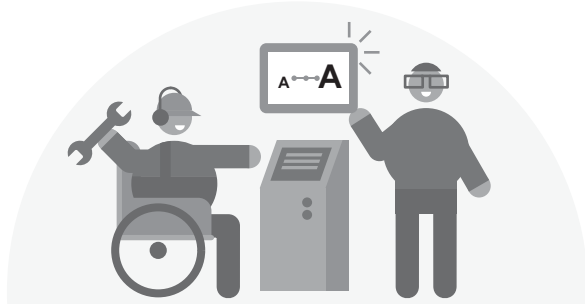
EDUCAÇÃO

Garante a educação inclusiva em todos os níveis de ensino, público e privado, em turmas com alunos com e sem deficiência, com profissionais de apoio escolar e recursos pedagógicos acessíveis.



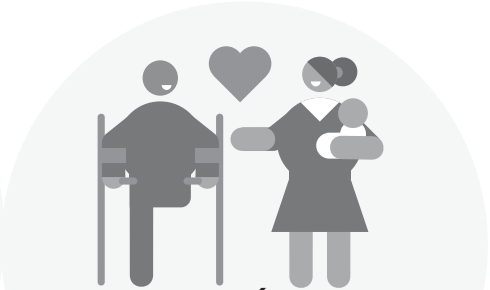
IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Proíbe toda forma de discriminação, humilhação ou violência contra a PcD e criminaliza o preconceito contra pessoas com deficiência, o capacitismo e o abandono.



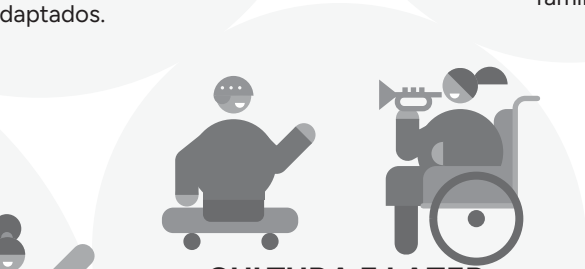
TRABALHO

Promove a inclusão no mercado de trabalho com cotas em empresas e no serviço público e o direito a um ambiente de trabalho com espaço e processos adaptados.



FAMÍLIA

Garante o direito de se casar, ter filhos e construir sua vida familiar.



CULTURA E LAZER

Garante o acesso a espaços e eventos culturais, esportivos e de lazer, com as adaptações necessárias para a participação plena da PcD.



REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Assegura o acesso ao processo eleitoral, bem como o direito de votar e de se candidatar.



QUEM É A PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

A LBI define a Pessoa com Deficiência como **"aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas."**



A lei identifica seis tipos de barreiras:

- Urbanísticas
- Arquitetônicas
- Nos transportes
- Na comunicação e na informação
- Atitudinais
- Tecnológicas

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

As Pessoas com Deficiência foram ignoradas pelas leis e tratadas com termos pejorativos como “aleijados” e “inválidos” na maior parte da história do Brasil. Para o movimento social das PcD, a linguagem sempre teve um forte conteúdo simbólico e, por isso, ao longo das décadas, buscou refinar a forma de nomear o grupo.

1

Código Civil de 1916

A primeira lei federal a tratar das Pessoas com Deficiência refletiu um modelo excludente, declarando-os “absolutamente incapazes de exercer atos da vida civil”, “loucos”, “surdo-mudos que não podem exprimir a sua vontade” — tirando-lhes o direito de tomar decisões, como a de casar, assinar contratos e gerenciar seus bens e finanças.

2

Pós-Segunda Guerra Mundial

Reduzindo a pessoa à sua condição biológica, o termo “deficiente” se consolidou no pós-guerra com o modelo médico, que aborda a deficiência como uma questão individual a ser corrigida com reabilitação e integração da PcD à sociedade.

3

Constituição

A Constituição de 1988 refletiu a transição do modelo médico para o atual modelo social, usando o termo “pessoa portadora de deficiência” — embora “portadora” remeta a algo que se “carrega”, foi um avanço por colocar a “pessoa” em primeiro lugar.



4

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

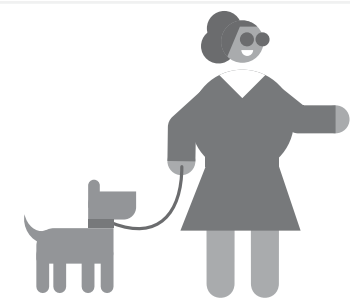
Em 2006, a Convenção da ONU consagrou o termo que usamos atualmente na LBI: Pessoa com Deficiência, transmindo a ideia de que a deficiência integra o corpo de alguém que é, antes de tudo, uma pessoa humana. Indica a deficiência como uma característica e não a essência da pessoa nem um peso a carregar.

Atividade paradidática: A Cidadania das Pessoas com Deficiência

Após a leitura do infográfico, responda às questões abaixo em pequenos grupos ou individualmente e prepare-se para compartilhar suas respostas com a turma.

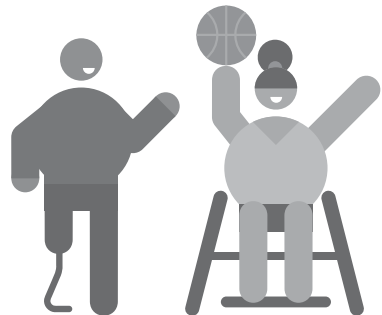


FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO



ETAPA 1: ANÁLISE DO TEXTO E REFLEXÃO

- O que define um cidadão? A partir do infográfico, descreva os elementos essenciais que compõem a cidadania. Você acha que a simples garantia de direitos na lei é suficiente para que alguém seja um cidadão pleno? Justifique.
- Os direitos das Pessoas com Deficiência estão garantidos na prática? O texto lista diversas garantias da LBI (Educação, Transporte, Trabalho, etc.). Com base na sua observação e vivência, reflita:
- No seu dia a dia, você percebe a garantia desses direitos? Considere situações como andar na rua, ir para a escola, usar o transporte público ou frequentar espaços de lazer.
- Quais são as principais barreiras que impedem a plena participação das Pessoas com Deficiência na sociedade? Mencione exemplos concretos.



- Para refletir sobre o movimento social das Pessoas com Deficiência na Constituinte, explore a Linha do Tempo "Pessoas com deficiência: lutas por inclusão e reconhecimento de direitos", da Fundação FHC: **Link: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/pessoas-com-deficiencia/>**
- Aprofunde seu conhecimento sobre a questão. Assista ao documentário "História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil" (Aluizio Salles Junior/Fazenda Filmes, 2010), que conta a evolução da luta pelos direitos a partir das mobilizações sociais na década de 1970. **Link: <https://youtu.be/uSZsJs3TN70?feature=shared>**

- Por que o movimento social das Pessoas com Deficiência lutou para ter seus direitos garantidos em todos os capítulos da Constituição Federal de 1988 e não em um capítulo à parte?
- O infográfico afirma que a garantia de direitos das Pessoas com Deficiência foi uma conquista histórica. Explique a importância dessa decisão, contrastando-a com a ideia de "tutelas especiais" mencionada.

ETAPA 2: PESQUISA E ANÁLISE DE MODELOS

O infográfico menciona a transição do modelo médico para o modelo social. Para aprofundar essa compreensão, faça uma breve pesquisa na internet e preencha a tabela abaixo:

Característica	Modelo Médico	Modelo Social
Foco da Deficiência		
Causa do Problema		
Solução Proposta		

Após preencher a tabela, discuta com seu grupo ou colega como cada modelo impacta a vida cotidiana das Pessoas com Deficiência e da sociedade como um todo.

